



AVISO n.º POCH - 70-2015-03

Convite para apresentação de candidaturas

Aprendizagem dual

Programa Operacional Capital Humano		
Eixo Prioritário	3	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
Prioridade de Investimento	10 iii	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não-formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através de orientação profissional e da validação das competências adquiridas.
Objetivo Específico	2.3.1	Elevar o nível de qualificação da população adulta e reforçar a orientação dos jovens que não se encontram em situação de emprego nem a frequentar qualquer ação de educação ou de formação NEET.
Indicador de Realização	<ul style="list-style-type: none"> Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação ISCED 3 - 45.600 (conforme programação do POCH, aprovada pela Comissão Europeia e pelo Estado Português - valor-alvo em 2023) 	
Indicadores de Resultado	<ul style="list-style-type: none"> Diplomados nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de ISCED 3 (no tempo próprio) - 61% (conforme programação do POCH, aprovada pela Comissão Europeia e pelo Estado Português - valor-alvo em 2023) Taxa de empregabilidade ou de prosseguimento de estudos, nos seis meses seguintes à conclusão de um percurso completo (ou após o 3.º período de formação) - 50% ou superior (conforme art.º 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março) 	
Tipologia de Intervenção	70	Aprendizagem ao longo da vida
Tipologia de Operação	3.2	Cursos de Aprendizagem
Período de Candidaturas	Data de abertura	30 de junho de 2015
	Data de termo	29 de julho de 2015, até às 18H00

Revisto e atualizado a 14 de julho de 2015

Conteúdo

1.	ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR	3
2.	BENEFICIÁRIOS.....	3
3.	DESTINATÁRIOS	3
4.	TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES E AÇÕES ELEGÍVEIS.....	3
5.	DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO	4
6.	LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR	4
7.	ÂMBITO GEOGRÁFICO	4
8.	FORMA DE APOIO	4
9.	CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E REGRAS DE FINANCIAMENTO	5
10.	DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR.....	7
11.	PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS	7
12.	MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS.....	7
13.	PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS	7
14.	PEDIDOS DE ALTERAÇÃO E REGIME DE FINANCIAMENTO	8
15.	CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR	9
16.	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO	11
17.	REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES	11
18.	CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	11
19.	PONTO DE CONTACTO	11
20.	OUTRAS DISPOSIÇÕES	12
	ANEXO I - TABELA DE CUSTOS UNITÁRIOS CONCEDIDOS POR TURMA E POR CURSO	13
	ANEXO II - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	18
	ANEXO III - GRELHA DE ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	19
	ANEXO IV - PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS	22

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente aviso de abertura para apresentação de candidaturas visa estabelecer as condições de atribuição dos apoios a conceder nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

As operações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 3 – Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade, que visa elevar o nível de qualificação da população adulta e reforçar a orientação dos jovens NEET.

O objetivo-chave dos apoios aos cursos de Aprendizagem é responder à necessidade de reforço das qualificações em áreas de formação prioritárias, promovendo melhores condições de empregabilidade e de empreendedorismo, concentrando a sua intervenção junto de jovens e adultos sem o ensino secundário completo e que pretendem obter uma dupla certificação, escolar e profissional.

Esta oferta formativa desenvolve-se em regime de alternância - em contexto de formação e de empresa, assumindo um papel central na aquisição de competências transversais e técnicas conexas com as necessidades do mercado de trabalho, tendo uma duração entre 2.800 e 3.700 horas, sendo que cerca de 40% da carga horária deve corresponder a formação prática em contexto de trabalho, devidamente monitorizada pela entidade formadora.

3

2. BENEFICIÁRIOS

O presente convite para a apresentação de candidaturas é destinado exclusivamente ao **Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.)**, na qualidade de Beneficiário Responsável pela execução de Políticas Públicas (BREPP), conforme previsto na alínea c) do artigo 15.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março.

3. DESTINATÁRIOS

Jovens e adultos, maiores de 18 anos que concluíram com aproveitamento o 3.º ciclo do ensino básico ou equivalente, sem o ensino secundário completo, nos termos previstos no artigo 3.º da Portaria n.º 1497/2008, de 19 de dezembro, e na regulamentação em vigor, podendo os formandos menores de idade ser excecionalmente considerados elegíveis, cumpridas as condições fixadas no nº 7 do art.º 14.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março.

4. TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES E AÇÕES ELEGÍVEIS

O presente aviso diz respeito à Tipologia de Operações prevista na alínea d) n.º 1 do art.º 14 da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, denominada cursos de Aprendizagem, e enquadra-se na Prioridade de Investimento 10.iii, constante do Programa Operacional Capital Humano, aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão C (2014) 9788, de 12 de Dezembro de 2014, abrangendo as seguintes ações:

- As reguladas através da Portaria n.º 1497/2008, de 19 de dezembro, com a redação dada pela Portaria n.º 289/2009, de 20 de março, em particular as dirigidas a áreas de formação prioritárias, nomeadamente as orientadas para os setores de bens e serviços transacionáveis, que respondam a necessidades emergentes do mercado de trabalho e tenham um maior potencial de empregabilidade.

Apenas são elegíveis as ações que decorreram no **ano de 2014, incluindo a respetiva continuidade em 2015**, desde que enquadradas na legislação acima referida e na disposição transitória fixada no n.º 4 do artigo 44.º da Portaria 190-A/2015, de 26 de junho.

5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO

5.1. Dotação indicativa

A dotação máxima de Fundo Social Europeu (FSE), a alocar ao presente aviso, é de **51.000.000 €** (cinquenta e um milhões de euros).

5.2. Taxa de cofinanciamento

A taxa de cofinanciamento máxima a aplicar é de **85%**, a incidir sobre o montante da despesa pública.

6. LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR

O limite de candidaturas a apresentar pelo beneficiário é de **30 (trinta)**, atenta a importância de conciliar a dispersão regional da rede de oferta de formação com a necessidade de uma gestão integrada, flexível e rigorosa, por parte do beneficiário.

7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

7.1. São elegíveis as operações que decorram nas regiões menos desenvolvidas, isto é, no Norte, Centro e Alentejo;

7.2. Para efeitos de aplicação do número anterior, a elegibilidade é determinada pelo local de realização da formação, nos termos do n.º 5 do artigo 13.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março.

8. FORMA DE APOIO

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através de tabela normalizada de custos unitários, nos termos previstos no artigo 16.º da Portaria 60-C/2015, de 2 de março, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no respeito pela disposição transitória fixada no n.º 4 do artigo 44.º da Portaria 190-A/2015, de 26 de junho.

9. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E REGRAS DE FINANCIAMENTO

9.1. Elegibilidade do beneficiário

O beneficiário tem que assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos no disposto nos artigos 13.º e 14.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

9.2. Elegibilidade das operações

As operações devem cumprir os critérios de elegibilidade estabelecidos nos n.ºs 6 e 7 do artigo 14.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, bem como no ponto 4 do presente aviso.

9.3. Elegibilidade das despesas e regras de financiamento

O montante do financiamento a conceder aos cursos de aprendizagem é determinado por referência ao valor anual por turma e por curso constante da tabela em **anexo I**, acrescido do montante decorrente do apuramento de encargos diretos com formandos, conforme disposto na legislação do FSE aplicável.

9.3.1. As operações elegíveis obedecem ainda às seguintes **regras de financiamento**:

- i) O valor anual por turma por curso definido no regime de custos unitários é objeto de redução, em sede de análise da candidatura, quando as ofertas de formação autorizadas não cumpram o limite relativo ao número mínimo de formandos definido na legislação nacional aplicável, ou seja, sempre que o número de formandos nas turmas apoiadas seja inferior a 14;
- ii) O valor anual por turma por curso é também objeto de redução sempre que, em sede de execução da candidatura, as listas nominais constantes do sistema de informação revelarem um número de formandos a frequentar a formação inferior aos limites referidos no número anterior;
- iii) A redução ao valor anual do subsídio por turma por curso prevista nos pontos anteriores corresponde ao quantitativo de 5% por cada formando abaixo dos limites mínimos de formando das turmas apoiadas, incidindo sobre a totalidade daquele subsídio, e efetua-se no âmbito dos reembolsos subsequentes, sem prejuízo de acerto de contas em sede de saldo relativamente aos pagamentos anteriormente efetuados;
- iv) Para efeitos de aplicação dos pontos anteriores, são considerados formandos a frequentar a formação aqueles que constarem das listas nominais constantes do sistema de informação, devendo ser identificadas e registadas as situações de formandos desistentes;
- v) Os formandos que vierem a renovar a frequência em módulos, unidades ou componentes não concluídas ou na formação em contexto de trabalho, podem frequentar uma turma subsidiada, não sendo os mesmos considerados para efeitos de financiamento, pelo que não devem integrar as listas nominais a que respeita o ponto anterior;

- vi) O disposto no ponto anterior não se aplica sempre que a renovação da frequência se fique a dever a facto não imputável ao formando, designadamente por doença prolongada, caso em que o mesmo deve ser integrado numa turma subsidiada, passando a constar da lista nominal correspondente;
- vii) Os valores relativos a propinas, matrículas ou inscrições de formandos constituem receitas dos cursos financiados, a ser deduzidas ao subsídio anual por turma e por curso constante da tabela do Anexo I;
- viii) A redução ao valor anual por turma e por curso ocorre nos termos referidos nos pontos anteriores, havendo lugar à redução total do financiamento atribuído quando a turma registar um número inferior a 8 formandos, os quais devem passar a ser integrados numa única turma nos módulos, unidades ou componentes comuns da sua formação;
- ix) O valor anual atribuído por turma e por curso pode ainda ser objeto de redução quando em sede de acompanhamento ou auditoria forem detetadas irregularidades que coloquem em causa o cumprimento integral da legislação nacional;
- x) Na presente modalidade de custos unitários não é exigida apresentação de documentos contabilísticos comprovativos das despesas, para efeitos do financiamento do subsídio anual por turma e por curso, ficando no entanto as entidades beneficiárias adstritas à observância das regras de organização contabilística que lhe sejam legalmente aplicáveis.

9.3.2. Regime de exceção, em função do número mínimo de formandos por curso (alteração introduzida em 14 de julho de 2015):

- i) No âmbito do regime de custos unitários, relativamente aos cursos cujo primeiro período de formação tenha tido início em 2012 ou em anos anteriores, não se aplica a redução de financiamento aprovado em candidatura por incumprimento do número mínimo de formandos e do limite referido na alínea viii) do ponto anterior, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte;
- ii) No âmbito do previsto na alínea anterior, quando durante a execução do projeto as listas nominais constantes do SIIFSE revelarem uma diminuição de formandos, aplicam-se as seguintes reduções:
 - Nos casos em que as turmas iniciem com um número de formandos inferior a 14, sempre que a diminuição seja superior a 10% face ao aprovado, aplica-se a redução de 5% por cada formando abaixo dessa diminuição;
 - Nos casos em que as turmas iniciem com um número de formandos igual ou superior a 14, aplica-se a redução de 5% por cada formando quando a respetiva quebra seja superior a 10% de 14 formandos.

10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso devem ter a duração máxima de 24 meses, sendo a **data limite o dia 31 de dezembro de 2015**.

11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre **entre o dia 30 de junho e as 18H00 do dia 29 de julho de 2015**.

12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020>), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e nos termos definidos no presente aviso.

As entidades beneficiárias devem efetuar previamente a sua credenciação junto do Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada ao beneficiário, que inclui um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

As entidades beneficiárias devem confirmar, corrigir ou completar os dados que eventualmente já estejam disponíveis na sua área reservada, atendendo a que estes constituem um suporte relevante para as candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.

13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS

Não havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto.

O **mérito da operação** é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de base percentual de 0 a 100, que deve igualmente ser traduzível numa escala qualitativa de forma a sintetizar o mérito da operação nas suas diferentes componentes, a saber:

- Inexistente ou negativo (<50%);
- Médio (>= 50% a <70%);
- Bom (>= 70% a <90%);
- Elevado (>= 90%).

Neste âmbito, é estabelecido que os projetos que reúnam a classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento.

O **processo de decisão** das candidaturas integra três fases:

- i) **Análise de admissibilidade** através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, a realizar pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido no Programa;
- ii) **Avaliação do mérito** do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do POCH e consubstanciados na respetiva grelha de análise, constantes dos **anexos II e III**, respetivamente;
- iii) **Decisão** sobre o financiamento dos projetos em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela autoridade de gestão do POCH, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no esquema constante do **anexo IV**.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos beneficiários quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, considera-se que houve desistência da candidatura.

14. PEDIDOS DE ALTERAÇÃO E REGIME DE FINANCIAMENTO

A **aceitação da decisão de aprovação** da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumprem, cumulativamente, as seguintes condições:

- i) Envio do termo de aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizado nos termos legais;
- ii) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- iii) Comunicação do início ou reinício da operação.

Os **pedidos de reembolso** são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no sistema de informação, os dados físicos e financeiros requeridos.

Os **pedidos de alteração** à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Quando, nas **candidaturas plurianuais**, o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

15. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR

Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa e no momento do pagamento do saldo final, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 17º do Regulamento Específico do POCH (Portaria nº 60-C/2015, de 2 de março), conjugado com o artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, devem ser contratualizados com os beneficiários, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Assim, o beneficiário deve apresentar na sua candidatura os indicadores de realização e de resultado (metas a atingir) a contratualizar com a autoridade de gestão, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

O grau de cumprimento ou incumprimento dos indicadores contratualizados é tido em consideração para efeitos quer de redução ou revogação do financiamento das candidaturas aprovadas, quer de constituição de uma eventual reserva de eficiência e desempenho, bem como no processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, conforme regime previsto no artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, com a devida adaptação, nos seguintes termos:

- i) Nas situações em que se verifique a superação dos resultados contratualizados, é constituída uma reserva de eficiência e desempenho equivalente a um p.p. do valor total elegível da operação por cada p.p. de superação, até ao limite de 10 %, para compensar eventuais desvios negativos em futuras operações ou para reforço de financiamento, dentro da dotação disponível;
- ii) Por cada ponto percentual de desvio negativo face aos resultados contratualizados, procede-se a uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível a pagar no saldo final, até um máximo de 10 %;
- iii) A penalização prevista no ponto anterior não será aplicável quando os resultados alcançados atinjam 85% dos resultados contratualizados, ou 75% quando se trate de operações que decorram em territórios de baixa densidade;
- iv) Se o nível de execução for inferior a 25% da média dos resultados contratualizados, ou 30% em territórios de baixa densidade, face à média dos indicadores contratualizados, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela autoridade de gestão, com adequada fundamentação, nos termos do n.º 9, do artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março.

Os **resultados mínimos a contratualizar** com a Autoridade de Gestão, com referência aos indicadores definidos para o POCH, mencionados na folha de rosto do presente aviso (valores-alvo em 2023), são os descritos no quadro seguinte:

TIPO DE INDICADOR	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META
Realização	Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem com dupla certificação de ISCED 3	N.º	(1)
Resultado	Diplomados nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de ISCED 3 (no tempo próprio) ⁽²⁾	%	>= 58,00
	Pessoas apoiadas que estão empregadas ou prosseguiram estudos nos seis meses seguintes ao fim do respetivo curso	%	>= 50,00

- (1) Indicador a definir pelo beneficiário em sede de candidatura. Somatório das pessoas que iniciam um curso em 2014 mais as que integram turmas de continuidade em 2014 e 2015. Uma pessoa é contabilizada (à primeira entrada) apenas uma vez ao longo de todo o percurso formativo que lhe permite concluir uma certificação, mesmo que desista e reentre mais tarde, desde que na mesma modalidade formativa, independentemente de, por exemplo, mudar de curso ou de entidade formadora.
- (2) $N.º \text{ de adultos que terminaram o curso com sucesso no tempo previsto para a duração do mesmo} / N.º \text{ de adultos apoiados que iniciaram esse mesmo curso} * 100$.

16. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do POCH.

17. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES

11

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do POCH, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas.

18. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

No portal <https://www.portugal2020.pt> encontram-se disponíveis:

- Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- Pontos de contacto para obter informações adicionais;
- Os resultados do presente concurso.

19. PONTO DE CONTACTO

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

- **Programa Operacional Capital Humano**
Avenida Infante Santo, n.º 2, 6.º andar, 1350-346, Lisboa
Telefone: +351 213 944 991
Correio eletrónico: poch@poch.portugal2020.pt

20. OUTRAS DISPOSIÇÕES#

Ao presente aviso aplica-se, de forma subsidiária, o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, nas Portarias n.º 60-A/2015 e n.º 60-C/2015, de 2 de março, nos Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e n.º 1304/2013, de 17 de dezembro, bem como na Portaria n.º 1497/2008, de 19 de dezembro, com a redação dada pela Portaria n.º 289/2009, de 20 de março.

Lisboa, 26 de junho de 2015

Programa Operacional Capital Humano

12



O Presidente da Comissão Diretiva
Pedro Valentim Taborda

ANEXO I - TABELA DE CUSTOS UNITÁRIOS CONCEDIDOS POR TURMA E POR CURSO

Família Profissional	Cursos		Área de Formação	Montante de subsídio turma/curso
01 Artes do Espetáculo	Artes do Espetáculo - Interpretação e Animação Circenses		212	61.230,00 €
	Artes do Espetáculo - Interpretação			
	Artes do Espetáculo - Luz, Som e Efeitos Cénicos			
	Artes do Espetáculo - Cenografia, Figurinos e Adereços			65.950,00 €
	Técnico/a de Produção e Tecnologias da Música			
	Instrumentista de Cordas e de Tecla			
	Instrumentista de Sopro e de Percussão			79.800,00 €
	Instrumentista de Jazz			61.230,00 €
Intérprete de Dança Contemporânea				
02 Tecnologias Artísticas	Técnico/a de Cantaria Artística		215	65.950,00 €
	Técnico/a de Design, com as variantes :	Design Industrial	214	65.950,00 €
		Design Equipamentos		
		Design de Interiores/Exteriores		
	Técnico/a de Joalharia/Cravador		215	
	Técnico/a de Joalharia/Filigranas			
	Técnico/a de Ourivesaria			
	Técnico/a de Ourivesaria de Pratas Graúdas/Cinzalador			
	Artesão/ã das Artes do Metal			
	Artesão/ã das Artes do Têxtil			
	Artesão/ã das Artes e Ofícios em Madeira – Marceneiro Embutidor			
	Artesão/ã das Artes e Ofícios em Madeira – Marceneiro Entalhador			
	Pintor/a Artístico em Azulejo			
Técnico/a de Pintura Decorativa				
Técnico/a de Vidro Artístico				
03 Comunicação, Imagem e Som	Técnico/a de Vídeo		213	61.230,00 €
	Técnico/a de Som			57.470,00 €
	Técnico/a de Audiovisuais			
	Técnico/a de Desenho Gráfico			65.950,00 €
	Técnico/a de Multimédia			57.470,00 €
	Técnico/a de Artes Gráficas			65.950,00 €
	Técnico/a de Fotografia			61.230,00 €
	Técnico/a de Animação 2D e 3D			
	Técnico/a Desenho Digital 3D		65.950,00 €	
	Técnico/a de Organização de Eventos		342	61.230,00 €
	Técnico/a de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade		213	53.390,00 €
	Tecnologias de Informação e Comunicação Multimédia			57.470,00 €
04 Informação, Documentação e Património	Técnico/a de Biblioteca, Arquivo e Documentação		322	53.390,00 €
	Técnico/a de Informação, Documentação e Comunicação		225	65.950,00 €
	Assistente de Conservação e Restauro, com as variantes :	Conservação do Património Cultural		
		Conservação e Restauro de Pedra, Azulejo, Pintura Mural, Metais e Madeiras		
		Conservação e Restauro de Pintura		
	Técnico/a de Museografia e Gestão do Património			582
	Assistente de Arqueólogo		57.470,00 €	
Técnico/a de Recuperação do Património Edificado		65.950,00 €		

Família Profissional	Cursos		Área de Formação	Montante de subsídio turma/curso
05 Comércio	Técnico/a Comercial		341	53.390,00 €
	Técnico/a de Marketing			
	Técnico/a de Vendas			65.950,00 €
	Técnico/a de Vitrinismo			
	Técnico/a de Logística			
06 Administração	Técnico/a de Banca e Seguros		343	53.390,00 €
	Técnico/a de Contabilidade		344	
	Técnico/a de Administração Naval		346	
	Técnico/a de Apoio à Gestão		345	
	Técnico/a de Transportes		840	
	Técnico/a de Serviços Jurídicos		380	57.470,00 €
	Técnico/a de Secretariado		346	53.390,00 €
	Técnico/a Administrativo			
	Técnico/a Comercial Bancário		343	53.390,00 €
	Técnicas e Operações Bancárias			
	Técnico/a de Seguros			
	Técnico/a de Contabilidade e Gestão		344	
	Técnico/a da Qualidade		347	57.470,00 €
	Técnico/a de Relações Laborais			
07 Informática	Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos		481	53.390,00 €
	Programador de Informática			
	Técnico/a de Informática - Sistemas			
	Técnico/a de Informática de Gestão			
	Técnico/a de Informática - Instalação e Gestão de Redes			57.470,00 €
08 Mecânica	Técnico/a de Manutenção Industrial, com as variantes :	Eletromecânica	521	61.230,00 €
		Mecatrónica		
		Mecatrónica Automóvel	525	
		Aeronaves		
	Técnico/a de Produção em Metalomecânica, com as variantes :	Programação e Maquinação	521	57.470,00 €
		Controle de Qualidade		
		Técnico de Maquinação CNC		
		Técnico de Maquinação e Programação CNC		
	Técnico/a de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica		522	61.230,00 €
	Técnico/a de Planeamento Industrial de Metalurgia e Metalomecânica			
	Técnico/a de Frio e Climatização			
	Técnico/a de Refrigeração e Climatização			
	Técnico de Gás		543	61.230,00 €
	Supervisão e Inspeção de Redes de Gás			
	Técnico/a de Transformação de Polímeros/Processos de produção			
	Técnico/a de Energias Renováveis, com as variantes:	Sistemas Solares Fotovoltaicos	522	65.950,00 €
		Sistemas Solares Térmicos		
		Sistemas Eólicos		
		Sistemas de Bioenergia		
	Técnico/a de Desenho de Construções Mecânicas, com as variantes:	Técnico de CAD/CAM	521	57.470,00 €
		Técnico/a de Desenho de Construções Mecânicas		
		Técnico/a de Desenho de Cunhos e Cortantes		
		Técnico/a de Desenho de Moldes		
Modelação Gráfica de Moldes				
Técnico/a de Construção Naval/Embarcações de Recreio		525	57.470,00 €	
Técnico/a de Mecânica Naval				
Contramestre (Marinha Mercante)		840		
Técnico/a de Relojoaria		521		

Família Profissional	Cursos	Área de Formação	Montante de subsídio turma/curso
08 Mecânica (cont.)	Técnico/a de Laboratório - Fundição	521	65.950,00 €
	Técnico/a de Produção e Transformação de Compósitos		
	Técnico/a de Projeto de Moldes e Modelos		
	Técnico/a de Projeto de Moldes e Modelos - Fundição		61.230,00 €
	Técnico/a de Tratamento de Metais	521	65.950,00 €
	Técnico/a de Fabrico de Componentes de Construção Metálica		
	Técnico/a de Soldadura	525	61.230,00 €
	Técnico/a de Reparação e Pintura de Carroçarias		57.470,00 €
	Técnico/a de Aprovisionamento e Venda de Peças	521	65.950,00 €
	Técnico/a de Produção Aeronáutica - Montagem de Estruturas		
	Técnico/a de Projeto Aeronáutico	525	65.950,00 €
	Técnico/a de Produção Automóvel		
	Técnico/a de Receção/Orçamentação de Oficina		
09 Eletricidade e Eletrónica	Técnico/a de Instalações Elétricas	522	57.470,00 €
	Técnico/a de Eletrotecnia	523	
	Técnico/a de Eletricidade Naval		
	Técnico/a de Mecatrónica		
	Técnico/a de Eletrónica e Telecomunicações		
	Técnico/a de Eletrónica, Áudio, Vídeo e TV		
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando		
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores		
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Instrumentação		
	Técnico/a de Eletrónica	522	
	Desenhador/a de Sistemas de Refrigeração e Climatização		
	Técnico/a de Redes Elétricas	523	
	Técnico/a de Eletrónica Médica		
10 Química	Técnico/a de Análise Laboratorial	524	61.230,00 €
	Técnico/a de Química Industrial		
11 Materiais	Técnico/a de Desenho de Mobiliário	543	57.470,00 €
	Técnico/a de Pedreiras		
	Técnico/a de Cerâmica		61.230,00 €
	Técnico/a de Vidro		
	Técnico/a de Cerâmica Criativa		
	Técnico/a de Gestão da Produção da Indústria da Cortiça		
	Técnico/a de Acabamento de Madeira e Mobiliário		65.950,00 €
	Técnico/a Industrial de Rolhas de Cortiça		
	Técnico/a de Preparação de Cortiça		
	Técnico/a de Desenho de Mobiliário e Construções em Madeira		61.230,00 €
	Técnico/a de Programação e Operação em Máquinas de Transformação		
	Técnico/a de Laboratório Cerâmico		
	Técnico/a de Modelação Cerâmica		
	Técnico/a de Pintura Cerâmica		
	Técnico/a de Gestão e Produção em Madeira e Mobiliário		
Técnico/a de Transformação de Madeira			

Família Profissional	Cursos		Área de Formação	Montante de subsídio turma/curso
12 Têxtil, Vestuário e Calçado	Técnico/a de <i>Design</i> de Moda		542	65.950,00 €
	Técnico/a da Qualidade - Calçado e Marroquinaria			61.230,00 €
	Técnico/a de Desenho de Calçado e Marroquinaria			
	Projetista de Calçado e Marroquinaria			
	Modelista de Vestuário			65.950,00 €
	Técnico/a de Coordenação e Produção de Moda			
	Alfaiate			61.230,00 €
	Técnico/a de Desenho de Vestuário			
	Técnico/a de Enobrecimento Têxtil			65.950,00 €
	Técnico/a de Fabrico Manual de Calçado			
	Técnico/a de Gestão da Produção de Calçado e de Marroquinaria			61.230,00 €
	Técnico/a de Malhas - Máquinas de Peúgas e Meias e Seamless			
	Técnico/a de Manutenção de Máquinas de Calçado e de Marroquinaria			
	Técnico/a de Máquinas de Confeção			
	Técnico/a de Máquinas Retas			
	Técnico/a de Tecelagem			
	Técnico/a de Modelação de Calçado			
	Técnico/a de Tecelagem - Organização e Produção			
	Organização e Produção em Tinturaria, Estamparia e Acabamentos			
13 Atividades Agrícolas e Agro-alimentares	Técnico/a de Viticultura e Enologia		541	57.470,00 €
	Técnico/a de Vitivinícola		621	
	Técnico/a de Gestão Equina		623	
	Técnico/a de Gestão Cinegética			
	Técnico/a de Máquinas Florestais		541	61.230,00 €
	Técnico/a de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar		623	53.390,00 €
	Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais		622	
	Técnico/a de Jardinagem e Espaços Verdes		621	65.950,00 €
	Técnico/a de Produção Agrária, com as variantes:	Produção Animal		65.950,00 €
		Produção Vegetal		61.230,00 €
		Transformação		65.950,00 €
	Técnico/a de Produção Agropecuária		541	61.230,00 €
	Técnico/a de Controlo e Qualidade Alimentar		624	65.950,00 €
	Técnico/a de Transformação do Pescado			
Técnico/a de Aquicultura				
14 Construção Civil	Técnico/a de Construção Civil, com as variantes:	Desenho de Construção Civil	582	61.230,00 €
		Mediação e Orçamentos		
		Condução de Obra - Edifícios		
		Condução de Obra - Infraestruturas Urbanas		
		Condução de Obra - Construção Tradicional e Ecoambiental		
		Topografia		
	Técnico/a de Ensaaios da Construção Civil e Obras Públicas			65.950,00 €
	Técnico/a de Obra/Condutor de Obra			61 230,00 €

Família Profissional	Cursos		Área de Formação	Montante de subsídio turma/curso
15 Tecnologias da Saúde	Técnico/a de Termalismo		729	57.470,00 €
	Técnico/a Auxiliar Protésico, com as variantes:	Prótese Dentária	724	65.950,00 €
		Prótese Maxilo-Facial	725	
		Prótese Orbitocranial		
		Prótese Auditiva		
		Prótese Ortopédica		
	Técnico/a de Ótica Ocular			61.230,00 €
	Técnico/a Auxiliar de Saúde		729	57.470,00 €
	Técnico/a Assistente Dentário		724	65.950,00 €
	Técnicas de Apoio à Clínica Dentária			
Tecnologias da Saúde		729	57.470,00 €	
Técnico/a de Serviços Funerários		814	53.390,00 €	
16 Serviços de Apoio Social	Técnico/a de Apoio à Infância		761	53.390,00 €
	Técnico/a de Ação Educativa			
	Animador/a Sociocultural		762	
	Técnico/a de Apoio Psicossocial			
Técnicas Aplicadas aos Serviços Pessoais e à Comunidade		814		
17 Hotelaria e Turismo	Técnico/a de Restauração, com as variantes:	Cozinha - Pastelaria	811	65.950,00 €
		Restaurante - Bar		
		Mesa - Bar		
	Técnico/a de Receção			53.390,00 €
	Rececionista de Hotel			
	Técnico/a de Turismo		812	57.470,00 €
	Técnico/a de Agências de Viagens e Transportes			61.230,00 €
	Técnico/a de Informação e Animação Turística			57.470,00 €
	Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural			65.950,00 €
Acompanhante de Turismo Equestre				
18 Ordenamento do Território e Ambiente	Técnico/a de Sistemas de Tratamento de Águas		850	61 230,00 €
	Técnico/a de Gestão do Ambiente			57.470,00 €
	Topógrafo-Geómetra		581	
	Técnico/a de Sistemas de Informação Geográfica			
19 Serviços de Proteção e Segurança	Técnico/a de Higiene e Segurança do Trabalho		862	65.950,00 €
	Técnico/a de Proteção Civil			
	Técnico/a de Segurança e Salvamento em Meio Aquático		861	
	Técnico/a de Socorros e Emergências de Aeródromo			
20 Desporto	Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva		813	53.390,00 €
21 Estética e Beleza	Esteticista-Cosmetologista		815	65.950,00 €

Notas importantes:

A presente tabela de custos unitários reproduz o Anexo I ao Despacho n.º 3213/2014, de 26 de fevereiro, na redação dada pela Declaração de Retificação n.º 845/2014, de 20 de agosto. Consideram-se válidas, para efeitos deste aviso, todas as candidaturas que contenham eventuais alterações a designações ou códigos, desde que conformes com o definido no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).


A tabela acima foi atualizada a 14 de julho de 2015, tendo passado a integrar os cursos assinalados a cinza, que foram inseridos no CNQ após a publicação do despacho acima referido.

ANEXO II - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Eixo	3	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade	
Prioridade de Investimento	10.iii)	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas	
Objetivo Específico	2.3.1	Elevar o nível de qualificação da população adulta e reforçar a orientação dos jovens NEET	
Indicador de Resultado	Indicador		Meta 2023
	Diplomados nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de ISCED 3		61%
Indicador de Realização	Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de ISCED 3		45.600
Tipologia de operações		Tipo de beneficiários	
Cursos de Aprendizagem Oferta formativa de nível secundário, desenvolvida em regime de alternância - em contexto de formação e em contexto de empresa, que assume um papel central na aquisição de competências transversais e técnicas.		Rede dos Centros de formação profissional do IIEFP (gestão direta e protocolar) [IIEFP atua como BREPP – Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas]	
Critérios de Seleção aplicáveis			Categoria
1.	Taxa de certificação (conclusão) e qualidade das formações realizadas na entidade, bem como taxas de prosseguimento de estudos e de empregabilidade		A
2.	Relevância da formação proposta face às necessidades regionais (cf. Redes de planeamento da oferta formativa), avaliada nomeadamente pelo número potencial de formandos, procura dos cursos e respetivas áreas de educação e formação e adequação às saídas profissionais prioritárias		A
3.	Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional ou nacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho		C
4.	Envolvimento institucional da entidade no tecido económico, social e cultural		C
5.	Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, incluindo o prosseguimento de estudos na mesma área de formação e região e o apoio à inserção profissional dos formandos		A
6.	Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade candidata		B
7.	Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado		B
8.	Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos, infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos		B
9.	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho		E

A - Eficácia e impacto em Resultados; **B** - Eficiência, qualidade e inovação; **C** - Complementaridade e sinergias; **D** - Abrangência e transversalidade; **E** - Igualdade de oportunidades e de género

ANEXO III - GRELHA DE ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO



Programa Operacional
Capital Humano

Tipologia de Operação

Cursos de Aprendizagem Dual

Matriz de Análise

Entidade: _____

NIF: _____

Projeto n.º: _____

TOTAL (%)

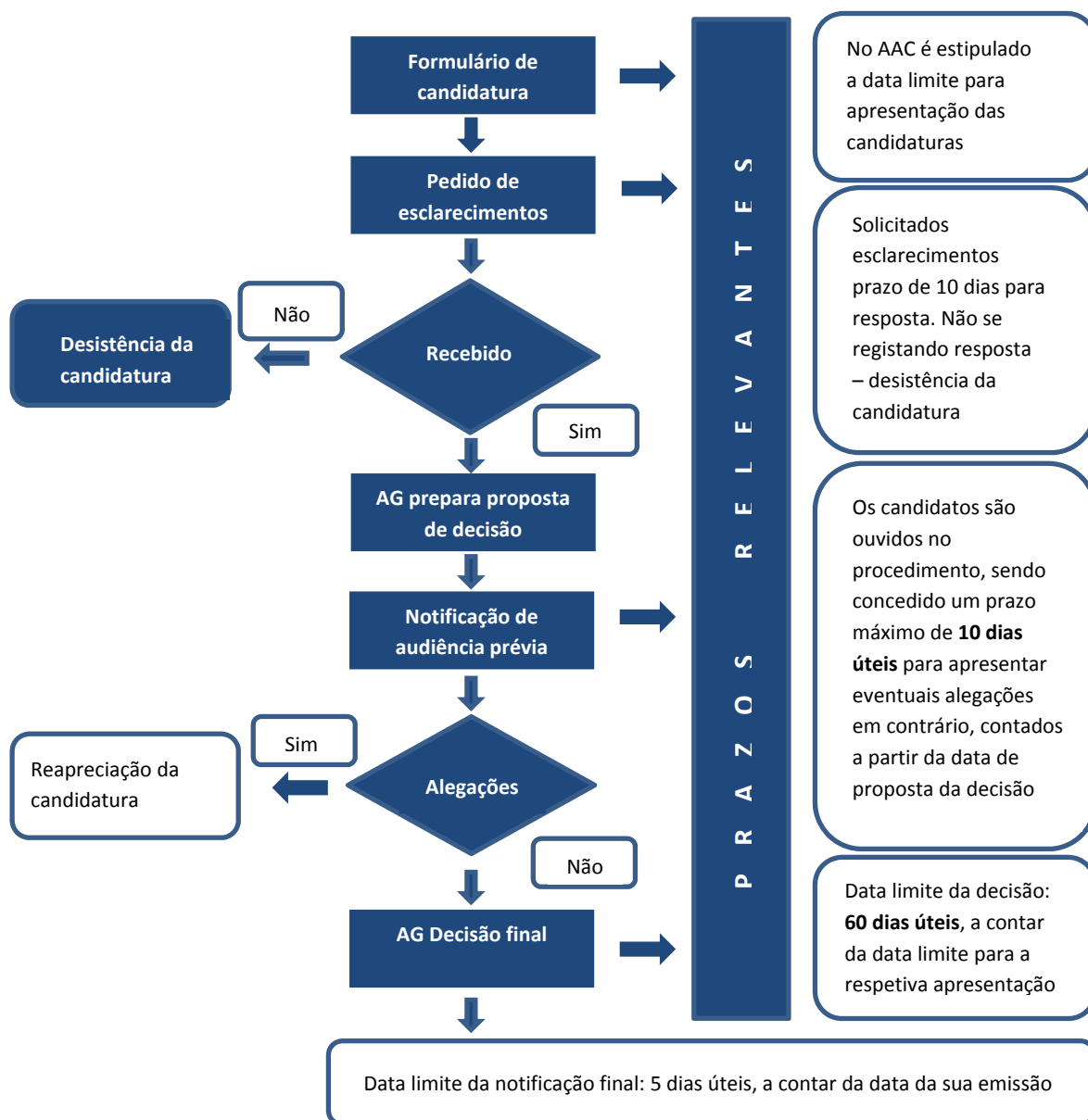
0,0

N.º	CrITÉrios de Seleção	Pontuação	Subtotal
1	Taxas de certificação (conclusão), de empregabilidade e de prosseguimento de estudos (dados históricos)	15,0	
	1.1 Taxa de conclusão	7,5	
	Elevado ($\geq 70\%$)	7,5	
	Bom ($\geq 60\%$ e $< 70\%$)	5,0	
	Méio ($\geq 50\%$ e $< 60\%$)	3,5	
	Baixo ($< 50\%$)	0,0	
	1.2 Taxa de empregabilidade e de prosseguimento de estudos	7,5	
	Elevado ($\geq 70\%$)	7,5	
	Bom ($\geq 60\%$ e $< 70\%$)	5,0	
	Méio ($\geq 50\%$ e $< 60\%$)	3,5	
	Baixo ($< 50\%$)	0,0	
2	Relevância da formação proposta face às necessidades regionais e nacionais (cf. Redes de planeamento da oferta formativa), avaliada nomeadamente pelas respetivas áreas de formação e saídas profissionais prioritárias	12,5	
	2.1 Alinhamento das ofertas propostas com as áreas de formação e saídas profissionais prioritárias indicadas pelo IEPF, IP, cuja identificação se baseia em diversos instrumentos, nomeadamente o SANQ - Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (ANQP)	7,5	
	Elevado ($\geq 90\%$)	7,5	
	Bom ($\geq 80\%$ e $< 90\%$)	5,0	
	Méio ($\geq 70\%$ e $< 80\%$)	3,5	
	Baixo ($< 70\%$)	0,0	
	2.2 Inserção em redes de planeamento locais/regionais da oferta formativa	5,0	
	Sim	5,0	
	Não	0,0	
3	Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional ou nacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação prática em contexto de trabalho	5,0	
	Sistemáticos	5,0	
	Pontuais	3,5	
	Inexistentes	0,0	
4	Envolvimento institucional da entidade no tecido económico, social e cultural na região	5,0	
	Elevado	5,0	
	Bom	3,5	
	Méio	2,0	
	Inexistente	0,0	

5	Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, incluindo o prosseguimento de estudos na mesma área de formação e o apoio à inserção profissional de diplomados	10,0	
	5.1 Existência de sistemas de garantia de qualidade em linha com o EQAVET	5,0	
	Sistemáticos	5,0	
	Pontuais	3,5	
	Inexistentes	0,0	
6	5.2 Monitorização dos processos de inserção profissional e acompanhamento do percurso dos diplomados	5,0	
	Sistemáticos	5,0	
	Pontuais	3,5	
	Inexistentes	0,0	
6	Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade candidata (dados históricos)	15,0	
	6.1 Eficiência pedagógica	5,0	
	6.1.1 Taxa de abandono da formação	5,0	
	Elevado (< 15%)	5,0	
	Bom (≥ 15% e < 25%)	3,5	
	Médio (≥ 25% e < 50%)	2,0	
	Baixo (≥ 50%)	0,0	
	6.2 Gestão administrativo-financeira	10,0	
	6.2.1 Taxa de execução	5,0	
	Elevado (> 90%)	5,0	
	Bom (≥ 70% e < 90%)	3,5	
	Médio (≥ 50% e < 70%)	2,0	
7	6.2.2 Mecanismos de controlo interno	5,0	
	Sistemáticos	5,0	
	Pontuais	3,5	
	Inexistentes	0,0	
	Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado (compromisso da entidade em termos de resultados contratualizados)	15,0	
	7.1 Taxa de conclusão	7,5	
	Elevado (≥ 70%)	7,5	
	Bom (≥ 60% e < 70%)	5,0	
	Médio (≥ 50% e < 60%)	3,5	
	Baixo (< 50%)	0,0	
	7.2 Taxa de empregabilidade e de prosseguimento de estudos	7,5	
8	Elevado (≥ 70%)	7,5	
	Bom (≥ 60% e < 70%)	5,0	
	Médio (> 50% e < 60%)	3,5	
	Baixo (= 50%)	2,5	
	Capacidade, qualidade e adequação das infraestruturas formativas, dos equipamentos e dos recursos didáticos	12,5	
	8.1 Existência de vínculo dos colaboradores afetos à Operação	3,5	
	Elevado (≥ 60%)	3,5	
	Bom (≥ 40% e < 60%)	2,0	
	Médio (≥ 20% e < 40%)	1,0	
	Baixo (< 20%)	0,0	
	8.2 Experiência dos colaboradores afetos à Operação na área pedagógica e ou de formação profissional	4,0	
	Elevado (≥ 60% dos colaboradores com 3 ou mais anos de experiência)	4,0	
	Bom (≥ 40% e < 60% dos colaboradores com 3 ou mais anos de experiência)	2,0	
	Médio (≥ 20% e < 40% dos colaboradores com 3 ou mais anos de experiência)	1,0	
	Baixo (< 20% dos colaboradores com 3 ou mais anos de experiência)	0,0	
	8.3 Infraestruturas / Instalações / Equipamentos/ Recursos Didáticos	5,0	
	Muito Adequadas	5,0	
	Adequadas	3,0	
	Inadequadas	0,0	

9	Evidência de mecanismos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho	10,0	
	9.1 Promoção da não discriminação e acessibilidade (igualdade de oportunidades)	5,0	
	Elevado	5,0	
	Bom	3,5	
	Médio	2,0	
	Baixo	0,0	
	9.2 Promoção da igualdade de género	5,0	
	Elevado	5,0	
	Bom	3,5	
	Médio	2,0	
	Baixo	0,0	

ANEXO IV - PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS



Notas:

¹ Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

² Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

³ A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.